

MINISTÉRIO DA FAZENDA

ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO (ATA)



APOSTILA
COMPLETA



MATERIAL PARA
DOWNLOAD



TEORIA E
QUESTÕES

DE ACORDO COM O ÚLTIMO EDITAL

AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração!

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila. Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- × Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO**.

× Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.maxieduca.com.br>



Ministério da Fazenda

Assistente Técnico-Administrativo (ATA)

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos	1
Ortografia oficial	6
Acentuação gráfica.....	10
Emprego das classes de palavras.....	12
Emprego do sinal indicativo de crase.....	25
Sintaxe da oração e do período	27
Pontuação	33
Concordância nominal e verbal	36
Regência nominal e verbal.....	39
Significação das palavras.....	43
Redação Oficial: Manual de Redação da Presidência da República	44
Redação de correspondências oficiais: documentos oficiais utilizados pelas instituições públicas brasileiras.....	45
Questões	59
Gabarito.....	71

MATEMÁTICA

Numeração. Bases não Decimais	1
Conjuntos Numéricos. Números naturais. Números fracionários e Operações com frações; Números Decimais e Dízimas Periódicas. Raízes e Radicais	4
Múltiplos, divisores, divisibilidade e restos.....	22
M.D.C. e M.M.C.....	25
Sistemas de Unidade	28
Notação Científica	33
Razões e Proporções.....	34
Escalas	36
Divisão Proporcional.....	39

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Regra de Três Simples ou Composta.....	42
Porcentagem	44
Teoria dos Conjuntos.....	46
Relações, Funções de Primeiro e Segundo Grau	52
Noções de Probabilidade	61
Estatística Descritiva	64
Noções de Lógica.....	76
Matemática Financeira	84
Aplicações e Operações com Inequações	86
Sequências e Progressões Aritméticas e Geométricas.....	90
Operações com Matrizes.....	94
Logaritmos.....	98
Fatoração Algébrica.....	99
QUESTÕES.....	101
GABARITO	109

RACIOCÍNIO LÓGICO

Estruturas lógicas. Lógica sentencial (ou proposicional), Proposições simples e compostas, Tabelas-verdade, Equivalências.....	1
Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões	10
Diagramas lógicos	15
Lógica de primeira ordem.....	18
Princípios de contagem e probabilidade	20
Operações com conjuntos.....	28
Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais.....	34
QUESTÕES.....	38
GABARITO	47

CONHECIMENTOS DE INFORMÁTICA

Conhecimentos básicos de linguagens de programação relativos a Lógica e Estrutura de programação	1
Conceitos básicos de Datamining e Datawarehouse	4
Conceitos básicos de armazenamento de dados.....	5
Banco de Dados Relacional. Conceitos básicos sobre a arquitetura e administração de Banco de Dados. Conhecimentos básicos de ambiente de servidores: Estrutura de servidores físicos e virtualizados.....	6

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Conceito de Computação em Nuvem (Cloud Computing)	19
Conceitos e modos de utilização de aplicativos para edição de textos, planilhas e apresentações	22
Conceitos e modos de utilização de ferramentas e aplicativos de navegação na Internet e de busca	66
Correio eletrônico	73
Redes sociais	79
Grupos de discussão	82
Conceitos básicos sobre ameaças e segurança da informação	85
QUESTÕES	94
GABARITO	103

GESTÃO DE PESSOAS E DO ATENDIMENTO AO PÚBLICO

Desafios da Ouvidoria Pública no Brasil	1
Carta de Serviços ao Cidadão	4
Decreto nº 6.932/2009	10
Lei de Acesso a Informação - Lei 12.527/2011	11
Aprendizagem e Comportamentos Organizacionais	23
Comunicação Eficaz	29
Motivação	32
Formação e Desenvolvimento de Equipes; Administração de Conflitos e Gestão da Mudança	34
Clima e Cultura Organizacionais	37
Questões	41
Gabarito	45

ÉTICA DO SERVIDOR PÚBLICO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Ética e moral	1
Ética, princípios e valores	3
Ética e democracia: exercício da cidadania	4
Ética e função pública	8
Ética no Setor Público	9
Ética no Setor Público	10

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Decreto nº 1.171/1994 (Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal).....	12
Resoluções 1 a 10 da Comissão de Ética Pública da Presidência da República	16
Questões	17
Gabarito.....	22

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA

Conceito de Administração Pública; Princípios da Administração Pública.....	1
Hierarquia; Poder Hierárquico e suas Manifestações	4
Poderes do Estado	7
Formação e Organização da Administração Pública Brasileira; Concentração; Desconcentração; Descentralização	11
Decreto-Lei nº 200/1967.....	17
O Brasil e sua Administração Pública: Da República velha aos dias atuais	51
Nascimento e Afirmação da República Brasileira.....	56
Aspectos Fundamentais na Formação do Estado Brasileiro.....	62
Teorias das Formas e dos Sistemas de Governo.....	67
Análise Crítica aos Modelos de Gestão Pública: patrimonialista, burocrático e gerencial.....	70
Controle Interno e Externo da Administração Pública.....	73
Lei nº 8.443/92	82
Medidas Organizacionais para o Aprimoramento da Administração Pública Federal...	101
Manual de Orientação para Arranjo Institucional de Órgãos e Entidades da Administração Pública Federal.....	106
Manual Técnico de Orçamento- MTO-2014	107
Processo Administrativo em Âmbito Federal.....	107
Questões	118
Gabarito.....	122

REGIME JURÍDICO DOS AGENTES PÚBLICOS

Normas Constitucionais Pertinentes aos Servidores Públicos.....	1
Direitos, Deveres e Proibições do Servidor Público e seu Regime Disciplinar; Formas de Provimento e Vacância do Cargo Público	5
Seguridade Social do Servidor.....	10
Lei nº 8.429/1992: Disposições Gerais, Atos de Improbidade Administrativa	14
Decreto nº 7.203/2010.....	29
Decreto-Lei nº 2.848/1940: Artigos 153; 296; 311-A/337-A e 359-A/359-H	30

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Questões	33
Gabarito.....	40

ATUALIDADES

Diversidade cultural, conflitos e vida em sociedade.....	1
Movimentos culturais no mundo ocidental e seus impactos na vida política e social ...	6
O debate sobre a legalização das drogas e seu impacto sobre as políticas públicas e sobre a sociedade	11
Tecnologia e educação.....	16
Formas de organização social, movimentos sociais, pensamento político e ação do Estado	21
Movimentos sociais na era da internet.....	25
Conselhos de políticas públicas	31
Instrumentos de participação e controle social	36
Transformações das estruturas produtivas e influência da economia na sociedade global	38
A globalização e as novas tecnologias de telecomunicação e suas consequências econômicas, políticas e sociais	41
Poder econômico e responsabilidade social	46
Norma Brasileira de Diretrizes sobre Responsabilidade Social - ABNT NBR ISO 26000 : 2010.....	49
Educação e trabalho.....	50
Desenvolvimento Sustentável e Administração Pública.....	51
Origem e evolução do conceito de Desenvolvimento sustentável	59
Questões ambientais contemporâneas: mudança climática, efeito estufa, chuva ácida	60
Biodiversidade	67
A nova ordem ambiental internacional – Rio/92, Agenda 21, Rio + 20	68
O serviço público e os desafios da sustentabilidade: Agenda Ambiental da Administração Pública; Contratações Sustentáveis, Plano de Logística Sustentável	73
Questões	76
Gabarito.....	86

SUMÁRIO



senciais para que a comunicação alcance seu objetivo de forma eficaz. Em diversos contextos, como na leitura de livros, artigos, propagandas ou imagens, é necessário que o leitor seja capaz de entender o conteúdo proposto e, além disso, atribuir significados mais amplos ao que foi lido ou visto.

Para isso, é importante distinguir os conceitos de compreensão e interpretação, bem como reconhecer que um texto pode ser verbal (composto por palavras) ou não-verbal (constituído por imagens, símbolos ou outros elementos visuais).

Compreender um texto implica decodificar sua mensagem explícita, ou seja, captar o que está diretamente apresentado. Já a interpretação vai além da compreensão, exigindo que o leitor utilize seu repertório pessoal e conhecimentos prévios para gerar um sentido mais profundo do texto. Dessa forma, dominar esses dois processos é essencial não apenas para a leitura cotidiana, mas também para o desempenho em provas e concursos, onde a análise de textos e imagens é frequentemente exigida.

Essa distinção entre compreensão e interpretação é crucial, pois permite ao leitor ir além do que está explícito, alcançando uma leitura mais crítica e reflexiva.

CONCEITO DE COMPREENSÃO

A compreensão de um texto é o ponto de partida para qualquer análise textual. Ela representa o processo de decodificação da mensagem explícita, ou seja, a habilidade de extrair informações diretamente do conteúdo apresentado pelo autor, sem a necessidade de agregar inferências ou significados subjetivos. Quando compreendemos um texto, estamos simplesmente absorvendo o que está dito de maneira clara, reconhecendo os elementos essenciais da comunicação, como o tema, os fatos e os argumentos centrais.

► A Compreensão em Textos Verbais

Nos textos verbais, que utilizam a linguagem escrita ou falada como principal meio de comunicação, a compreensão passa pela habilidade de ler com atenção e reconhecer as estruturas linguísticas. Isso inclui:

- **Vocabulário**: O entendimento das palavras usadas no texto é fundamental. Palavras desconhecidas podem comprometer a compreensão, tornando necessário o uso de dicionários ou ferramentas de pesquisa para esclarecer o significado.
- **Sintaxe**: A maneira como as palavras estão organizadas em frases e parágrafos também influencia o processo de compreensão. Sentenças complexas, inversões sintáticas ou o uso de conectores como conjunções e preposições requerem atenção redobrada para garantir que o leitor compreenda as relações entre as ideias.
- **Coesão e coerência**: são dois pilares essenciais da compreensão. Um texto coeso é aquele cujas ideias estão bem conectadas, e a coerência se refere à lógica interna do texto, onde as ideias se articulam de maneira fluida e compreensível.

Ao realizar a leitura de um texto verbal, a compreensão exige a decodificação de todas essas estruturas. É a partir dessa leitura atenta e detalhada que o leitor poderá garantir que absorveu o conteúdo proposto pelo autor de forma plena.

► A Compreensão em Textos Não-Verbais

Além dos textos verbais, a compreensão se estende aos textos não-verbais, que utilizam símbolos, imagens, gráficos ou outras representações visuais para transmitir uma mensagem. Exemplos de textos não-verbais incluem obras de arte, fotografias, infográficos e até gestos em uma linguagem de sinais.

A compreensão desses textos exige uma leitura visual aguçada, na qual o observador decodifica os elementos presentes, como:



NUMERAÇÃO

A numeração é o sistema ou processo que utilizamos para representar números. Ela é uma construção cultural e histórica que permite aos seres humanos quantificar, ordenar e calcular. Ao longo da história, diversas civilizações desenvolveram seus próprios sistemas de numeração, muitos dos quais têm influenciado os métodos que usamos hoje.

Existem alguns sistemas notáveis, incluindo:

- **Sistema Decimal:** Utiliza dez dígitos, de 0 a 9, e é o sistema de numeração mais utilizado no mundo para a representação e o processamento de números em diversas áreas do conhecimento e atividades cotidianas.
- **Sistema Binário:** Utiliza apenas dois dígitos, 0 e 1, e é a base para a computação moderna e o processamento de dados digitais.
- **Sistema Octal:** Baseado em oito dígitos, de 0 a 7, foi usado em alguns sistemas de computação no passado.
- **Sistema Hexadecimal:** Com 16 símbolos, de 0 a 9 e de A a F, é frequentemente usado em programação e sistemas de computação para representar valores binários de forma mais compacta.
- **Sistema Romano:** Um sistema não posicional que utiliza letras para representar números e foi amplamente usado no Império Romano.

A escolha de um sistema de numeração pode depender de vários fatores, como a facilidade de uso em cálculos, a tradição cultural, ou a aplicação prática em tecnologia. A seguir, faremos um estudo mais detalhado de alguns sistemas:

SISTEMA DE NUMERAÇÃO DECIMAL

O sistema de numeração decimal é de base 10, ou seja utiliza 10 algarismos (símbolos) diferentes para representar todos os números.

Formado pelos algarismos 0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, é um sistema posicional, ou seja, a posição do algarismo no número modifica o seu valor. É o sistema de numeração que nós usamos. Ele foi concebido pelos hindus e divulgado no ocidente pelos árabes, por isso, é também chamado de sistema de numeração indo-arábico.

HINDU 300 a.C	-	=	≡	♀	♂	♁	♂	♁	?	
HINDU 500 d.C	ॐ	॑	॒	॓	॔	(ॗ	क़	ख़	ग़
ÁRABE 900 d.C	۱	۲	۳	۴	۵	۶	۷	۸	۹	۰
ÁRABE (ESPAÑHA) 1000 d.C	1	۲	۳	۴	۵	۶	۷	۸	۹	۰
ITALIANO 1400 d.C	1	2	3	4	5	6	7	8	9	0
ATUAL	1	2	3	4	5	6	7	8	9	0

► Características

- Possui símbolos diferentes para representar quantidades de 1 a 9 e um símbolo para representar a ausência de quantidade (zero).
- Como é um sistema posicional, mesmo tendo poucos símbolos, é possível representar todos os números.



LÓGICA PROPOSICIONAL

Uma proposição é um conjunto de palavras ou símbolos que expressa um pensamento ou uma ideia completa, transmitindo um juízo sobre algo. Uma proposição afirma fatos ou ideias que podemos classificar como verdadeiros ou falsos. Esse é o ponto central do estudo lógico, onde analisamos e manipulamos proposições para extrair conclusões.

▸ Valores Lógicos

Os valores lógicos possíveis para uma proposição são:

- Verdadeiro (V), caso a proposição seja verdadeira.
- Falso (F), caso a proposição seja falsa.

Esse fato faz com que cada proposição seja considerada uma declaração monovalente, pois admite apenas um valor lógico: verdadeiro ou falso.

▸ Axiomas fundamentais

Os valores lógicos seguem três axiomas fundamentais:

- **Princípio da Identidade:** uma proposição é idêntica a si mesma. Em termos simples: $p \equiv p$.

Exemplo: “Hoje é segunda-feira” é a mesma proposição em qualquer contexto lógico.

- **Princípio da Não Contradição:** uma proposição não pode ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo.

Exemplo: “O céu é azul e não azul” é uma contradição.

- **Princípio do Terceiro Excluído:** toda proposição é ou verdadeira ou falsa, não existindo um terceiro caso possível. Ou seja: “Toda proposição tem um, e somente um, dos valores lógicos: V ou F.”

Exemplo: “Está chovendo ou não está chovendo” é sempre verdadeiro, sem meio-termo.

▸ Classificação das Proposições

Para entender melhor as proposições, é útil classificá-las em dois tipos principais:

Sentenças Abertas

São sentenças para as quais não se pode atribuir um valor lógico verdadeiro ou falso, pois elas não exprimem um fato completo ou específico. São exemplos de sentenças abertas:

- Frases interrogativas: “Quando será a prova?”
- Frases exclamativas: “Que maravilhosos!”
- Frases imperativas: “Desligue a televisão.”
- Frases sem sentido lógico: “Esta frase é falsa.”

Sentenças Fechadas

Quando a proposição admite um único valor lógico, verdadeiro ou falso, ela é chamada de sentença fechada. Exemplos:

- Sentença fechada e verdadeira: “ $2 + 2 = 4$ ”
- Sentença fechada e falsa: “O Brasil é uma ilha”



NOÇÕES DE PROGRAMAÇÃO

Uma linguagem de programação é um conjunto de regras e sintaxes que permite aos desenvolvedores escrever instruções para um computador executar. Essas instruções são agrupadas em programas que realizam tarefas específicas, desde cálculos matemáticos até a manipulação de dados complexos.

▸ Sintaxe e Semântica

- **Sintaxe:** Refere-se à estrutura ou gramática de uma linguagem de programação. Assim como na gramática de uma língua natural, a sintaxe define a forma correta de escrever instruções e comandos na linguagem. Erros de sintaxe ocorrem quando as regras da linguagem não são seguidas, resultando em falhas na compilação ou execução do código.
- **Semântica:** Refere-se ao significado das instruções e comandos. Enquanto a sintaxe define a forma, a semântica define o comportamento e a lógica do código. Erros semânticos ocorrem quando o código está sintaticamente correto, mas não produz o resultado desejado.

▸ Tipos de Dados

Os tipos de dados determinam o tipo de valores que podem ser manipulados em um programa. Os principais tipos incluem:

- **Tipos Primitivos:** Valores básicos, como inteiros, números de ponto flutuante e caracteres.
- **Tipos Compostos:** Estruturas mais complexas que podem conter múltiplos valores, como arrays, listas e objetos.

▸ Arrays

Os arrays são estruturas de dados que armazenam vários elementos do mesmo tipo em posições organizadas sequencialmente. Cada elemento pode ser acessado por meio de um índice, o que permite localizar dados de forma direta dentro da estrutura. Essa forma de organização é útil quando se deseja trabalhar com conjuntos de valores relacionados. Os arrays são amplamente utilizados na programação por sua simplicidade e por servirem de base para outras estruturas de dados.

- **Busca sequencial:** A busca sequencial é um algoritmo utilizado para procurar um elemento em um array, percorrendo suas posições uma a uma, desde o início até encontrar o valor desejado ou chegar ao final da estrutura. É um método simples, indicado para conjuntos pequenos ou não ordenados.
- **Busca binária:** A busca binária é um algoritmo de pesquisa aplicado em arrays ordenados. Seu funcionamento consiste em comparar o valor procurado com o elemento central do array, descartando metade dos elementos a cada etapa. Esse método é mais eficiente que a busca sequencial, mas exige que os dados estejam previamente ordenados.

▸ Pilhas, Listas e Filas

As pilhas, listas e filas são estruturas de dados básicas utilizadas para organizar e manipular informações. As pilhas seguem uma lógica em que o último elemento inserido é o primeiro a ser removido. As filas seguem a lógica em que o primeiro elemento inserido é o primeiro a ser removido. As listas permitem armazenar elementos de forma sequencial, com maior flexibilidade de inserção, remoção e acesso, conforme sua implementação.

Essas estruturas são importantes porque oferecem diferentes formas de organizar dados de acordo com a necessidade do problema. O conhecimento de seu funcionamento é fundamental para a construção de soluções eficientes em programação.



A ouvidoria pública ocupa posição relevante no funcionamento do Estado democrático, pois representa um canal institucional de escuta, acolhimento e encaminhamento das manifestações da população perante a administração pública. Seu papel vai além do simples recebimento de reclamações, sugestões, denúncias, elogios e pedidos de providência. Na prática, a ouvidoria constitui um espaço de mediação entre o cidadão e o poder público, contribuindo para o aperfeiçoamento dos serviços estatais, para o aumento da transparência administrativa e para a consolidação do controle social. Em um país marcado por desigualdades históricas, problemas estruturais e frequentes dificuldades de acesso a direitos, a presença de uma ouvidoria eficiente é fundamental para aproximar a gestão pública das necessidades reais da sociedade.

No contexto brasileiro, a ampliação dos mecanismos de participação social fortaleceu a importância das ouvidorias, especialmente a partir do avanço das políticas de transparência, do desenvolvimento de sistemas digitais de atendimento e da valorização da cidadania ativa. Entretanto, apesar dos avanços institucionais, a realidade demonstra que muitas ouvidorias ainda enfrentam obstáculos que comprometem sua capacidade de resposta e sua efetividade. Em diversos órgãos públicos, faltam estrutura adequada, pessoal qualificado, autonomia funcional e integração com os setores responsáveis pela solução das demandas apresentadas pela população. Com isso, a ouvidoria corre o risco de se transformar em um setor meramente formal, incapaz de produzir resultados concretos para o cidadão.

Outro aspecto importante é que a função da ouvidoria depende de credibilidade. O cidadão somente utiliza esse canal quando acredita que sua manifestação será analisada com seriedade, respeito e utilidade prática. Quando as respostas são genéricas, demoradas ou pouco resolutivas, instala-se um sentimento de desconfiança em relação ao serviço público. Essa perda de confiança prejudica a participação popular e enfraquece a percepção de que o Estado pode ser sensível às demandas sociais. Assim, a qualidade do trabalho da ouvidoria influencia diretamente a relação entre governo e sociedade.

Além disso, a complexidade da administração pública brasileira aumenta os desafios enfrentados pelas ouvidorias. O Estado é formado por diferentes esferas, órgãos, autarquias, fundações e empresas públicas, cada qual com competências próprias, procedimentos internos e distintos níveis de organização. Nesse cenário, muitas manifestações do cidadão exigem análise técnica, articulação intersetorial e acompanhamento continuado, o que demanda preparo institucional e capacidade operacional. Quando esses elementos não estão presentes, o tratamento das demandas se torna lento e ineficiente.

Dessa forma, discutir os desafios da ouvidoria pública no Brasil significa refletir sobre a qualidade da gestão pública, sobre o direito de participação do cidadão e sobre a necessidade de construir uma administração mais acessível, transparente e responsiva. A ouvidoria não deve ser compreendida como um apêndice burocrático, mas como instrumento estratégico de aprimoramento institucional. Seu fortalecimento interessa não apenas ao usuário do serviço público, mas à própria administração, que pode utilizar as manifestações recebidas como fonte valiosa de diagnóstico, avaliação e correção de falhas. Por isso, torna-se necessário examinar os principais obstáculos enfrentados por essas estruturas e os caminhos possíveis para torná-las mais efetivas no cenário nacional.

► Função da ouvidoria pública no fortalecimento da cidadania

A ouvidoria pública exerce papel essencial no fortalecimento da cidadania porque cria condições para que a população se manifeste diante do Estado de forma organizada, legítima e institucionalizada. Em vez de permanecer distante das decisões e práticas administrativas, o cidadão passa a contar com um canal voltado à escuta de suas experiências, dificuldades e percepções sobre a qualidade dos serviços públicos. Esse movimento amplia a participação social e reforça a ideia de que a administração pública deve atuar em benefício da coletividade, com responsabilidade, transparência e abertura ao diálogo.

A atuação da ouvidoria é especialmente importante em contextos nos quais o cidadão encontra barreiras para acessar direitos ou resolver problemas administrativos. Muitas vezes, o usuário enfrenta filas, informações contraditórias, atendimento precário ou ausência de retorno por parte dos órgãos públicos. Nesses casos, a



Ética do Servidor Público na Administração Pública

Ética é uma palavra de origem grega “ethos” que significa caráter. Sendo assim, diferentes filósofos tentaram conceituar o termo ética:

Sócrates ligava-o à felicidade de tal sorte que afirmava que a ética conduzia à felicidade, uma vez que o seu objetivo era preparar o homem para o autoconhecimento, conhecimento esse que constitui a base do agir ético. A ética socrática prevê a submissão do homem e da sua ética individual à ética coletiva que pode ser traduzida como a obediência às leis.

Para Platão a ética está intimamente ligada ao conhecimento dado que somente se pode agir com ética quando se conhece todos os elementos que caracterizam determinada situação posto que somente assim, poderá o homem alcançar a justiça.

Para José Renato Nalini “ética é a ciência do comportamento moral dos homens em sociedade. É uma ciência, pois tem objeto próprio, leis próprias e método próprio, na singela identificação do caráter científico de um determinado ramo do conhecimento. O objeto da Ética é a moral. A moral é um dos aspectos do comportamento humano. A expressão moral deriva da palavra romana mores, com o sentido de costumes, conjunto de normas adquiridas pelo hábito reiterado de sua prática.”¹

Com exatidão maior, o objeto da ética é a moralidade positiva, ou seja, “o conjunto de regras de comportamento e formas de vida por meio das quais tende o homem a realizar o valor do bem”. A distinção conceitual não elimina o uso corrente das duas expressões como intercambiáveis. A origem etimológica de Ética é o vocábulo grego “ethos”, a significar “morada”, “lugar onde se habita”. Mas também quer dizer “modo de ser” ou “caráter”. Esse “modo de ser” é a aquisição de características resultantes da nossa forma de vida. A reiteração de certos hábitos nos faz virtuosos ou viciados. Dessa forma, “o ethos é o caráter impresso na alma por hábito”

ÉTICA
Ethos (grego): caráter, morada do ser;
Disciplina filosófica (parte da filosofia);
Os fundamentos da moralidade e princípios ideais da ação humana;
Ponderação da ação, intenção e circunstâncias sob o manto da liberdade;
Teórica, universal (geral), especulativa, investigativa;
Fornece os critérios para eleição da melhor conduta.

► Ética e Moral

Entre os elementos que compõem a Ética, destacam-se a Moral e o Direito. Assim, a Moral não é a Ética, mas apenas parte dela. Neste sentido, moral vem do grego Mos ou Morus, referindo-se exclusivamente ao regramento que determina a ação do indivíduo.

Assim, Moral e Ética não são sinônimos, não apenas pela Moral ser apenas uma parte da Ética, mas principalmente porque enquanto a Moral é entendida como a prática, como a realização efetiva e cotidiana dos valores; a Ética é entendida como uma “filosofia moral”, ou seja, como a reflexão sobre a moral. Moral é ação, Ética é reflexão.

¹ [NALINI, José Renato. *Conceito de Ética*. Disponível em: www.aureliano.com.br/downloads/conceito_etica_nalini.doc.]
[ADOLFO SÁNCHEZ V ÁZQUEZ, *Ética*, p. 12. Para o autor, *Ética seria a teoria ou ciência do comportamento moral dos homens em sociedade*.]

[*Ciência, recorda MIGUEL REALE, é termo que “pode ser tomado em duas acepções fundamentais distintas: a) como ‘todo conjunto de conhecimentos ordenados coerentemente segundo princípios’; b) como ‘todo conjunto de conhecimentos dotados de certeza por se fundar em relações objetivas, confirmadas por métodos de verificação definida, suscetível de levar quantos os cultivam a conclusões ou resultados concordantes’” (Filosofia do direito, p. 73, ao citar o Vocabulaire de la philosophie, de LALANDE).*]

[EDUARDO GARCÍA MÁYNEZ, *Ética - Ética empírica. Ética de bens. Ética formal. Ética valorativa*, p. 12.]



ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Conceito

Administração Pública em sentido geral e objetivo, é a atividade que o Estado pratica sob regime público, para a realização dos interesses coletivos, por intermédio das pessoas jurídicas, órgãos e agentes públicos.

A Administração Pública pode ser definida em sentido amplo e estrito, além disso, é conceituada por Di Pietro (2009, p. 57), como “a atividade concreta e imediata que o Estado desenvolve, sob regime jurídico total ou parcialmente público, para a consecução dos interesses coletivos”.

Nos dizeres de Di Pietro (2009, p. 54), em sentido amplo, a Administração Pública é subdividida em órgãos governamentais e órgãos administrativos, o que a destaca em seu sentido subjetivo, sendo ainda subdividida pela sua função política e administrativa em sentido objetivo.

Já em sentido estrito, a Administração Pública se subdivide em órgãos, pessoas jurídicas e agentes públicos que praticam funções administrativas em sentido subjetivo, sendo subdividida também na atividade exercida por esses entes em sentido objetivo.

Em suma, temos:

SENTIDO SUBJETIVO	Sentido amplo {órgãos governamentais e órgãos administrativos}.
SENTIDO SUBJETIVO	Sentido estrito {pessoas jurídicas, órgãos e agentes públicos}.
SENTIDO OBJETIVO	Sentido amplo {função política e administrativa}.
SENTIDO OBJETIVO	Sentido estrito {atividade exercida por esses entes}.

Existem funções na Administração Pública que são exercidas pelas pessoas jurídicas, órgãos e agentes da Administração que são subdivididas em três grupos: fomento, polícia administrativa e serviço público.

Para melhor compreensão e conhecimento, detalharemos cada uma das funções. Vejamos:

a. Fomento: É a atividade administrativa incentivadora do desenvolvimento dos entes e pessoas que exercem funções de utilidade ou de interesse público.

b. Polícia administrativa: É a atividade de polícia administrativa. São os atos da Administração que limitam interesses individuais em prol do interesse coletivo.

c. Serviço público: resume-se em toda atividade que a Administração Pública executa, de forma direta ou indireta, para satisfazer os anseios e as necessidades coletivas do povo, sob o regime jurídico e com predominância pública. O serviço público também regula a atividade permanente de edição de atos normativos e concretos sobre atividades públicas e privadas, de forma implementativa de políticas de governo.

A finalidade de todas essas funções é executar as políticas de governo e desempenhar a função administrativa em favor do interesse público, dentre outros atributos essenciais ao bom andamento da Administração Pública como um todo com o incentivo das atividades privadas de interesse social, visando sempre o interesse público.

A Administração Pública também possui elementos que a compõe, são eles: as pessoas jurídicas de direito público e de direito privado por delegação, órgãos e agentes públicos que exercem a função administrativa estatal.



► Servidores Públicos

Os servidores públicos são pessoas físicas que prestam serviços à administração pública direta, às autarquias ou fundações públicas, gerando entre as partes um vínculo empregatício ou estatutário. Esses serviços são prestados à União, aos Estados-membros, ao Distrito Federal ou aos Municípios.

As disposições sobre os Servidores Públicos estão elencadas dos Artigos 39 a 41 da CF. Vejamos:

SEÇÃO II DOS SERVIDORES PÚBLICOS

Art. 39. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) (Vide ADI nº 2.135)

§1º A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará:(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I - a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira;(Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II - os requisitos para a investidura;(Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

III - as peculiaridades dos cargos.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§2º A União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo - se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados.(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§3º Aplica - se aos servidores ocupantes de cargo público o disposto no art. 7º, IV, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII e XXX, podendo a lei estabelecer requisitos diferenciados de admissão quando a natureza do cargo o exigir.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§4º O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, X e XI.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§5º Lei da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios poderá estabelecer a relação entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, XI.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§6º Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário publicarão anualmente os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§7º Lei da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios disciplinará a aplicação de recursos orçamentários provenientes da economia com despesas correntes em cada órgão, autarquia e fundação, para aplicação no desenvolvimento de programas de qualidade e produtividade, treinamento e desenvolvimento, modernização, reaparelhamento e racionalização do serviço público, inclusive sob a forma de adicional ou prêmio de produtividade.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§8º A remuneração dos servidores públicos organizados em carreira poderá ser fixada nos termos do §4º.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)



A diversidade cultural e a inclusão tornaram-se temas centrais no campo da educação contemporânea, refletindo a complexidade social e a pluralidade de identidades presentes nas escolas. Em um mundo cada vez mais globalizado e interconectado, as instituições educacionais enfrentam o desafio de promover o respeito às diferenças culturais, sociais e individuais, ao mesmo tempo em que garantem a equidade no acesso ao conhecimento.

No Brasil, a diversidade cultural é uma característica marcante, fruto da confluência de povos indígenas, africanos, europeus e de muitas outras origens. Essa riqueza cultural, no entanto, também carrega desigualdades históricas e sociais que impactam diretamente o ambiente escolar. A inclusão, nesse contexto, se refere ao esforço de integrar de forma equitativa todos os estudantes, respeitando suas especificidades e oferecendo oportunidades de aprendizagem adaptadas às suas necessidades.

Assim, ao abordar a diversidade cultural e a inclusão na educação, discutimos não apenas a valorização das diferentes culturas, mas também o desenvolvimento de práticas pedagógicas e políticas públicas que assegurem a participação plena de todos os alunos, sem discriminação. Esse processo exige uma reflexão contínua sobre o papel da escola na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

CONCEITO DE DIVERSIDADE CULTURAL

A diversidade cultural refere-se à multiplicidade de culturas que coexistem em um determinado espaço, sejam elas manifestadas através de costumes, crenças, línguas, práticas sociais, ou expressões artísticas. No contexto educacional, esse conceito ganha especial importância, uma vez que a escola é um microcosmo da sociedade, refletindo sua pluralidade e a convivência de diferentes identidades e tradições.

A diversidade cultural na educação envolve o reconhecimento das diferentes origens dos alunos, que podem variar em termos de etnia, raça, religião, língua, nacionalidade, entre outros fatores. Isso implica em compreender que cada estudante carrega consigo uma bagagem cultural própria, que influencia seu modo de ver o mundo e de aprender. Cabe à escola, portanto, não apenas respeitar essas diferenças, mas integrá-las ao cotidiano escolar, promovendo um ambiente de diálogo e respeito mútuo.

► Diversidade Cultural e Multiculturalismo

O conceito de diversidade cultural está intimamente ligado ao multiculturalismo, que é uma abordagem política e social que busca promover a coexistência pacífica e o respeito entre diferentes culturas. No ambiente escolar, o multiculturalismo pode ser visto como uma prática que vai além do reconhecimento passivo das diferenças. Ele propõe a valorização ativa da diversidade, incentivando a troca de conhecimentos e experiências entre culturas diversas, o que pode enriquecer o processo de ensino e aprendizagem.

Entretanto, para que essa convivência seja produtiva e promova o respeito, é necessário que as escolas adotem políticas pedagógicas que favoreçam a inclusão cultural. Isso inclui a valorização das línguas maternas de grupos minoritários, a inclusão de conteúdos que abordem a história e as tradições de diferentes culturas, e a adoção de práticas educativas que combatam estereótipos e preconceitos.

► Importância da Diversidade Cultural na Educação

A presença da diversidade cultural nas escolas contribui de maneira significativa para o desenvolvimento de competências sociais e emocionais nos alunos, tais como:

- **Empatia:** Ao conhecer diferentes culturas, os estudantes aprendem a respeitar as diferenças e a se colocar no lugar do outro.
- **Pensamento crítico:** A convivência com a diversidade estimula os alunos a questionar estereótipos e preconceitos, desenvolvendo uma visão mais crítica e aberta do mundo.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

A versão **COMPLETA** é o passo decisivo para você finalmente alcançar a aprovação e mudar sua vida. Ative agora seu **DESCONTO ESPECIAL!**

QUERO MINHA APROVAÇÃO!